

O que sabem os adolescentes do ensino básico público sobre o HPV

What teens know the public basic education about HPV

Maria Vanária Nascimento¹; Iael Souza²; Maria do Socorro Meireles de Deus³;
Ana Peron⁴

Resumo

Em estudo realizado em 17 escolas da rede pública de ensino do município de Picos, no estado do Piauí, com alunos do terceiro ano do ensino médio, focando a problemática do HPV – uma vez que as doenças sexualmente transmissíveis são prevalentes na adolescência e facilitadoras da contaminação por essa DST –, constatou-se que a maioria dos entrevistados não detém conhecimento satisfatório sobre essa doença, e que as escolas em questão não estão correspondendo às expectativas que lhe são atribuídas pela sociedade, desenvolvendo projetos e ações formativas-informativas sobre saúde preventiva, sexualidade e orientação sexual. O estudo também denuncia o descaso para com a saúde pública no município de Picos, no estado do Piauí, e a emergência de organização e mobilização para intervenções no âmbito dos órgãos públicos competentes e na rede pública de ensino.

Palavras-chave: HPV. Escola. Jovens.

Abstract

In a study conducted in 17 schools of public schools in the city of Picos, state of Piauí, with students from third year of high school, focusing on the issue of HPV - once sexually transmitted diseases are prevalent in adolescence and facilitates the contamination by this STD - found that most respondents do not hold enough knowledge about this disease and that the schools in question are not meeting the expectations that are granted by the company, developing projects and training activities, information on preventive health, sexuality and sexual orientation. The study also exposes the neglect of public health in the municipality of peaks in the state of Piauí, and the emergence of organization and mobilization for interventions within the public agencies and public schools.

Keywords: HPV. School; Teens.

¹ Universidade Federal do Piauí, acadêmica do curso de Ciências Biológicas. E-mail: vanariaunica@hotmail.com

² Universidade Federal do Piauí. E-mail: iaedeo@gmail.com

³ Universidade Federal do Piauí. E-mail: socorro_meireles@yahoo.com.br

⁴ Universidade Federal do Piauí. Autor para correspondências: anapperonbio@gmail.com

Introdução

A Organização Mundial das Nações Unidas define o início da adolescência com base no aparecimento inicial das características sexuais secundárias para a maturidade sexual, pelo desenvolvimento de novos processos psicológicos e de padrões de identificação que evoluem da fase infantil para a adulta, sendo que nessa transição o indivíduo necessita de muitas informações e orientações, principalmente sobre sexo e suas possíveis consequências (BORGES, 2005).

A prática do sexo de forma não responsável acarreta conflitos e pode trazer alterações nos projetos futuros dos adolescentes, resultando, muitas vezes, em situações de gravidez indesejada, aborto, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e desistência escolar que, conseqüentemente, interferirão na saúde integral desses indivíduos (SCHUSSEL, 2004).

Altmann (2007) relata que a variabilidade de parceiros, o não uso de preservativos e o uso das drogas ilícitas são fatores de risco para o desenvolvimento de doenças sexuais transmissíveis. Para Brêtas et al. (2009) estas doenças apresentam um sério impacto na vida reprodutiva, principalmente, das mulheres em função de poderem causar esterilidade, doenças inflamatórias pélvicas e câncer. Segundo o Ministério da Saúde (2005) e Murta et al. (2001), o câncer do colo uterino originado de doenças sexualmente transmissíveis é o segundo tipo de câncer mais comum entre as mulheres no mundo todo.

Dessa forma, o Papiloma Vírus Humano (HPV) exerce um papel central na carcinogênese do colo uterino onde a principal via de contaminação é a sexual (MURTA et al., 2001; MINAYO, 2007). Murta et al. (2001) ressaltam que esta DST promove sérias infecções genitais, podendo provocar lesões, verrugas genitais, câncer anal, câncer do colo uterino, entre outras, e atualmente, tem sido a infecção sexualmente transmissível mais frequente entre as mulheres jovens.

Apesar das suas características epidemiológicas, as DST, em geral, são consideradas patologias

passíveis de intervenção, principalmente com ações de prevenção primária incluindo a utilização de métodos contraceptivos, como por exemplo, o preservativo masculino (camisinha), de forma adequada e em todas as relações sexuais (BORGES; SCHOR, 2005). Desse modo, o trabalho de educação em saúde e de orientação sexual com jovens adolescentes é imprescindível para se realizar a prevenção sobre as DST. Bretãs et al. (2009), afirmam que o ambiente escolar é um meio apropriado para o desenvolvimento de programas dinâmicos, interativos e de socialização entre educando e educadores no trabalho dessa temática.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (1997), a orientação sexual deve ser instituída como tema transversal nas disciplinas das instituições de educação básica, onde a escola é apontada pelo Ministério da Educação como um importante instrumento para veicular informação sobre formas de evitar gravidez e de se proteger de DST. Porém, no Brasil, ainda é grande a falta de orientação adequada aos jovens e adolescentes, principalmente em algumas regiões, como norte e nordeste, onde os índices de DST, com destaque ao HPV, são elevados (PILECCO, 2010). Nestas regiões, algumas instituições de ensino obrigatório, principalmente as da rede pública, sinalizam um despreparo técnico com a falta de informações recentes sobre essa temática e a falta de recursos didáticos e humano disponíveis para realização dessa tarefa.

Assim, acreditamos que essa premissa justifica a relevância do presente trabalho, acentuada pelo seu ineditismo, uma vez que até o momento não encontramos nenhum levantamento como esse realizado no município de Picos, estado do Piauí. Através dele foi avaliado o conhecimento dos jovens do terceiro ano do ensino médio de 17 escolas da rede pública do município de Picos, Estado do Piauí, região nordeste do Brasil, sobre o HPV, bem como as ações ou inações da escola no processo de orientação sexual desses jovens.

Metodologia da Pesquisa

O município de Picos localiza-se na região centro/sul do Estado do Piauí, Brasil, a 320Km da capital Teresina, e possui uma população, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) (2010), de 73.414 habitantes, sendo considerado o terceiro maior município deste Estado.

Esta cidade é considerada um pólo de educação no Piauí e em todo o nordeste do Brasil (Mundo Educação, 2012) e dispõe de 17 escolas públicas e 12 escolas privadas nos níveis de ensino infantil, fundamental e médio. Neste estudo, participaram 400 alunos (148 meninos e 252 meninas) das 17 escolas públicas da cidade de Picos.

A referida pesquisa foi realizada sob a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos entrevistados. A coleta de dados ocorreu mediante a aplicação de um questionário auto aplicado em sala de aula, no período de maio a junho de 2011, e de forma anônima, garantindo o sigilo das informações e o anonimato dos participantes. Os questionários foram aplicados durante o período de uma hora/aula, com supervisão de um dos pesquisadores.

O instrumento de coleta (questionário) foi composto por 14 questões, e abordou o conhecimento geral sobre a doença, prevenção ao HPV e a importância e o desempenho das escolas como um dos instrumentos para a orientação desta DST. Os dados obtidos foram analisados e interpretados em um contexto quantitativo, expresso mediante símbolo numérico.

Resultados e Discussão

As mudanças ocorridas nas últimas décadas têm alterado o perfil das DST, transformando seu controle em um problema de saúde pública, não apenas por sua incidência e prevalência, mas por suas consequências, como as complicações psicossociais e econômicas, pois acometem a grande parcela da sociedade em idade produtiva e

reprodutiva (SALTO, 2001). Para Ramos (2011), os fatores biológicos, a falta de informação correta e conceitos equivocados, facilitam a transmissão de doenças sexuais na adolescência, com destaque ao HPV, que é uma das principais DST diagnosticada em jovens. Porém, essa DST ainda não possui um espaço significativo nas campanhas nacionais de educação e prevenção.

Em nossa pesquisa, questionamos aos alunos participantes se os mesmos tinham vida sexual ativa e 356 dos entrevistados afirmaram que “sim”. Este resultado corrobora com os dados da literatura onde se observa que atualmente a atividade sexual inicia-se cada vez mais precocemente (BRETÃS et al. 2009). De acordo com Ramos (2011), estima-se que, a cada ano, quatro milhões de jovens, entre 15 e 17 anos, tornam-se sexualmente ativos no Brasil. Salto (2001) afirma que ocorrem cerca de 12 milhões de transmissões de DST a cada ano, e um terço destas em indivíduos que iniciam sua vida sexual precocemente, possuindo vários parceiros sexuais.

Em uma pesquisa feita por Silva et al. (2010), foi constatado que 32,8% dos adolescentes brasileiros, na faixa etária entre 12 e 17 anos, já tiveram relações sexuais com vários parceiros e muitos não possuem ou possuem informações equivocadas sobre as DST, com destaque ao HPV. Em seguida, perguntamos aos entrevistados se o uso do preservativo masculino durante a relação sexual é importante. Dos participantes 360 indivíduos, entre os que têm vida sexual ativa ou não, responderam que o uso de preservativo é essencial durante o ato sexual. A seguir, questionamos aos alunos qual a classe de microrganismo que caracteriza o HPV; se o HPV é uma DST; como ocorre a infecção por este microrganismo e quais são as causas que aumentam a probabilidade de se contaminar com este organismo em uma relação sexual.

A partir dos dados obtidos, constatamos que 232 dos entrevistados sabem que HPV é um vírus, e 216 indivíduos sabem que a infecção

por este vírus se caracteriza como uma Doença Sexualmente Transmissível. Dos 400 entrevistados, 337 indivíduos responderam que o HPV se contrai apenas por contato sexual e 336 indivíduos afirmaram que somente a atividade sexual precoce aumenta a probabilidade de se contrair HPV, desconsiderando as relações sexuais sem preservativos e contradizendo as respostas dadas anteriormente em relação à importância do uso do preservativo masculino nas relações sexuais. Esta contradição sinaliza uma distorção no entendimento por parte dos entrevistados de como ocorre a infecção pelo HPV.

Estes resultados são semelhantes aos resultados obtidos por Cirino et al. (2010) em um estudo com 134 adolescentes, em uma escola pública da cidade de São Paulo, com o intuito de identificar o conhecimento dos mesmos sobre o HPV. Os autores verificaram que a grande maioria dos entrevistados possuía uma informação distorcida sobre as práticas de prevenção-ação no desenvolvimento do câncer do colo uterino e as formas de infecção por este vírus.

Sobre o uso do preservativo masculino na prevenção do HPV, os dados obtidos por nós corroboram aos dados obtidos por Silva et al. (2010) em uma pesquisa realizada em Recife, Estado de Pernambuco, onde a minoria – (11%) dos entrevistados – respondeu que o uso da “camisinha” é uma forma de se evitar a contaminação pelo HPV. Taquete et al. (2004) ressaltam que os adolescentes, em geral, sabem que o preservativo evita doenças e gravidez, mas mesmo assim não o usam. Estes autores ainda reforçam que existe uma enorme lacuna entre o nível de conhecimento e o uso efetivo da “camisinha”, onde a juventude aponta numerosas justificativas para não usá-la, como: esquecimento, custo e desprazer na relação sexual. Entretanto, com essa atitude aumentam os riscos de contaminação por DST, como por exemplo, o HPV.

Após serem questionados sobre os problemas acarretados pelo não diagnóstico precoce do

HPV, apenas 72 dos alunos entrevistados por nós responderam que quando essa doença não é diagnosticada precocemente e tratada, pode evoluir para um câncer de colo uterino, dependendo do tipo de vírus de HPV que ataca o trato genital. Dos 400 entrevistados, somente 20 indivíduos afirmaram que as verrugas genitais aparecem de 2 a 8 meses após a infecção, levando-se em conta o tipo específico de Papiloma Vírus Humano, e podem aparecer também depois de 20 anos, e somente 8 dos entrevistados afirmaram que mesmo que um indivíduo não tenha relações sexuais a bastante tempo ele pode vir desenvolver as verrugas genitais.

Quando indagados sobre as principais fontes de informação sobre a DST em questão, dos 400 entrevistados, 392 indivíduos responderam que sua fonte de informação sobre o HPV é a internet, enquanto que nenhum dos sujeitos participantes da pesquisa citou a escola como sua principal fonte de informação sobre a DST em questão. Nossos resultados vão de encontro com os dados obtidos no estudo feito por Codes et al. (2006), em São Paulo, onde grande parte dos adolescentes entrevistados possuía informações equivocadas sobre o HPV e que adquiriam essas informações principalmente pela internet.

Nos trabalhos de Borges e Schor (2005) e Ferreira (2009), realizados nas cidades de São Paulo e Natal, respectivamente, onde avaliaram o conhecimento de jovens sobre o HPV, verificou-se que a maioria dos adolescentes entrevistados, 83% para pesquisa de Borges e Schor e 92% para a pesquisa de Ferreira, se atualizam sobre HPV por meios de comunicação, com ênfase a internet. Segundo Codes et al. (2006), no Brasil o HPV tem aumentado entre os adolescentes, estando entre os principais agravos que comprometem sua saúde e nem sempre essa DST é acompanhada de práticas preventivas realizadas, principalmente, pela escola em ação conjunta com a saúde pública local.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde da Cidade de Picos-PI, 514 casos de DST

em adolescentes foram relatados no ano de 2010 e 142 casos deste tipo de doença notificados de janeiro até maio do ano de 2011. Porém, a própria Secretaria em questão afirmou que os casos de DST são subnotificados para menos em função de que foi perdido o arquivo do computador em que estavam os dados corretos e que se basearam apenas no que eles tinham escrito em papel. Esta Secretaria ainda relatou não saber quantos casos de HPV existem nestes números de DST relatados. Souza et al. (2008), expõem que muitas vezes os dados epidemiológicos relativos as DST são escassos e irreais pela própria questão da subnotificação, o que torna mais sério ainda a adoção de medidas de prevenção e controle de grande impacto para a diminuição dos índices de contaminação. Isto demonstra o descuido em relação ao armazenamento, tratamento, discriminação e encaminhamento dos dados recolhidos acerca das DST e proposição de ações e medidas preventivas também é flagrante, denotando o grau de preocupação com a saúde pública e com a saúde preventiva da população picoense.

Neste trabalho, questionamos as adolescentes entrevistadas se as mesmas freqüentavam o ginecologista e com que periodicidade faziam os exames ginecológicos. Das adolescentes entrevistadas, 160 afirmaram já ter ido ao ginecologista, mas, contraditoriamente, 84 adolescentes responderam nunca terem feito nenhum exame ginecológico. Esta afirmação das adolescentes em relação aos exames ginecológicos pode ter ocorrido em função de duas condições, que são: a) nunca foram ao ginecologista ou b) não sabem o que é um exame ginecológico.

Quando questionadas quanto a periodicidade que realizam exames ginecológicos, somente 56 das 252 adolescentes entrevistadas afirmaram fazer exames ginecológicos de seis em seis meses. Estes resultados estão de acordo com os resultados obtidos por Conti et al. (2010) em um trabalho que avaliou o conhecimento de adolescentes do terceiro ano do ensino médio sobre o HPV, em duas escolas, uma particular e uma pública, na cidade

de Tubarão, no Estado de Santa Catarina, sendo verificado que somente uma a cada três adolescentes faz acompanhamento ginecológico freqüente. Os autores ressaltam que na adolescência a importância desse acompanhamento torna-se maior, visto que esta classe apresenta alta prevalência dos chamados comportamento de riscos para as DST, em função do início sexual precoce, os múltiplos parceiros sexuais, as relações sexuais desprotegidas e o uso de álcool e drogas ilícitas.

Ao questionarmos se a escola em que estão matriculados realiza algum tipo de orientação sexual com os alunos, todos os 400 entrevistados assinalaram a alternativa “não”. Também foi questionado de quem eles gostariam de receber a orientação sexual, sendo que 396 dos entrevistados assinalaram ser a “escola”. Nesta mesma linha perguntamos se os mesmos já haviam recebido alguma orientação deste tema por parte da Secretaria de Saúde do Município em questão, em parceria com a escola. Dos 400 alunos entrevistados, todos assinalaram a alternativa que continha “não”.

Dessa forma, diante dos dados coletados, pudemos verificar que não existe uma cooperação entre a Secretaria Municipal de Saúde e as instituições públicas de ensino básico do Município de Picos. Porém, segundo Louro (1999), a escola, juntamente com a Secretaria de Saúde local, é uma entre as múltiplas instâncias sociais que deveria realizar campanhas de prevenção sobre o HPV. Em um trabalho realizado por Ramos (2011) em algumas capitais do Brasil, observou-se a importância e o valor atribuído à escola por parte dos adolescentes, da família e da comunidade, onde se evidenciou que este local situa-se na vida do jovem como algo de grande significado, sendo a primeira instituição a manter contato com local eminentemente coletivo que proporciona ao adolescente a experimentação da formação da sua identidade para além da família.

Segundo Sayão (1997), o trabalho de orientação sexual desenvolvido pela escola diferencia-se da abordagem assistemática realizada pela família,

principalmente no que diz respeito à transmissão dos valores morais indissociáveis à sexualidade. Se, por um lado, os pais exercem legitimamente seu papel ao transmitirem seus valores particulares aos filhos, por outro lado, o papel da escola é o de ampliar esse conhecimento em direção à diversidade de valores existentes na sociedade, para que o aluno possa, ao discuti-las, opinar sobre o que lhe foi ou é apresentado.

Dotta et al. (2000), em um trabalho realizado em escolas do Brasil, mostram o quanto é relevante para os adolescentes o acesso às informações sobre orientação sexual de forma natural, e quando se trata de crenças e valores por parte dos participantes, somente a informação não é o bastante, havendo uma real necessidade de se trabalhar os mitos e tabus de uma forma saudável, tranqüila e consciente e é a escola a principal fonte para repassar essas informações de maneira correta.

Para Suplicy (1999), Murta (2008), Cirino et al. (2010) e Souza et al. (2008), através da colocação do sexo em discurso na escola, há um complexo aumento do controle exercido sobre os indivíduos, o qual se exerce não por meio de proibições, punições, mas por meio de mecanismos positivos que visam produzir sujeitos autodisciplinados no que se refere à maneira de viver a sua sexualidade. Os PCN's instruem que, ao tratar sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis os professores e professoras não devem acentuar a ligação entre sexualidade e doença ou morte, mas fornecer informações sobre as doenças, como por exemplo, o HPV, e terem como foco a promoção da saúde e a prática de condutas preventivas. Então, desenvolver ações de prevenção voltadas para adolescentes é uma prioridade para o controle do HPV e de outras DST.

Assim, a partir dos dados obtidos aqui, pelas verbalizações dos professores presentes em sala de aula durante a aplicação dos questionários, bem como pelos dados obtidos nos estudos de outros pesquisadores e utilizados por nós na discussão de nossos resultados, podemos tecer algumas

ponderações e reflexões, e assim contribuir com a discussão em torno da problemática da saúde pública, da saúde preventiva, da orientação sexual e da sexualidade dos adolescentes e do papel social atribuído ao processo de escolarização em relação a essas temáticas. Contudo, não pretendemos esgotar e equacionar todos esses problemas, pois temos ciência da complexidade das mediações político-sociais, econômicas e ideoculturais que os envolvem.

Sobre a saúde pública, é importante efetuarmos uma contextualização histórica. A partir da segunda metade da década de 80 do século XX, uma nova ordem mundial reorienta a política-econômica dos países periféricos, como o Brasil, em subserviência as novas regras e necessidades do capital internacional, personificado pelos organismos multilaterais regidos e administrados pelos países centrais, com destaque ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional. É assim que se propaga a reestruturação produtiva neoliberal, cuja principal marca é a desregulamentação financeira-econômica, a privatização, a redução dos gastos sociais (saúde, educação, moradia, transportes e seguridade social), desregulamentação do trabalho, extirpando as conquistas dos trabalhadores legitimadas constitucionalmente, muito bem demonstrado por Anderson (1995).

A saúde pública, nesse contexto histórico-social, é negligenciada, assim como a educação pública, dado que o objetivo é torná-las um negócio, privatizá-las e colocá-las sob o jugo e necessidades flutuantes e supérfluas do mercado. De modo que a saúde pública não é prioridade dos governos, nem da União e quem arca com todos os prejuízos e sofre com as consequências é a camada mais pobre da população, que representa a maioria, e apesar da alta carga tributária que é obrigada a pagar, não pode desfrutar dos direitos constitucionalmente assegurados, mas política e socialmente negados e negligenciados pelas prioridades governamentais que seguem, fidedignamente, a cartilha neoliberal, como demonstram Lucas e Leher (2001) e Moraes (2000).

Se no plano macro essa é a orientação geral que parametriza as ações, programas, projetos e medidas das políticas públicas sociais, na escala micro o mesmo se reproduz, como é possível notar no município de Picos, no estado do Piauí. O descaso, constatado por nós, com a saúde pública é denotado pela precariedade dos recursos, equipamentos, investimentos, recursos humanos e ações de prevenção por parte da Secretaria Municipal de Saúde. O descuido em relação ao armazenamento, tratamento, discriminação e encaminhamento dos dados recolhidos acerca das DST e proposição de ações e medidas preventivas também é flagrante, denotando o grau de preocupação com a saúde pública e com a saúde preventiva da população picoense.

Enquanto isso, as escolas da rede pública de ensino pesquisadas também demonstraram estar muito aquém de enfrentar e responder as necessidades sentidas e vividas pela população picoense, desempenhando adequadamente seu papel social enquanto aparelho ideológico de estado, no dizer de Althusser (s/d), reforçando a socialização dos valores e comportamentos tidos como corretos e aceitáveis, como colocam Suplicy (1999), Murta (2008) e Cirino et al. 2010 e Souza (et al), no âmbito da orientação sexual, da sexualidade e da saúde preventiva.

Outro ponto relevante, que pode ser apontado como uma das justificativas para a ausência de ações formativas e informativas no âmbito escolar sobre as temáticas em questão é o reconhecimento, por parte dos professores das instituições pesquisadas, do despreparo para abordagem e tratamento, com maior profundidade e cientificidade, desses assuntos com seus alunos.

Muitos apontariam como solução a organização de cursos de capacitação ministrados em parceria com órgãos públicos, como a Secretaria de Educação do município de Picos, por exemplo, ou com a Universidade Federal do Piauí, através do campus Senador Helvídio Nunes de Barros,

de Picos. Todavia, na verdade, como apontam Giroux (1997) e Pimenta (2008), essa formação dos professores deve ser contínua, eles devem ter tempo, durante sua própria jornada de trabalho, para refletir coletiva e colaborativamente sobre sua práxis, transformando-se em pesquisadores e intelectuais crítico-reflexivos, criando com a Universidade uma relação de profícuo diálogo, troca e enriquecimento, e não de dependência do planejar, agir e pensar.

Enquanto isso, os jovens, de maneira geral, e os picoenses, em particular, obtêm as informações por veículos e canais nem sempre confiáveis e de procedência científica duvidosa, como a internet, conforme estudos de Codes et. al. (2006), contribuindo para a proliferação de distorções, equívocos e aumento da contaminação por DST. As propagandas de caráter “educativo” veiculadas pela mídia televisiva ocorrem em períodos sazonais específicos como, por exemplo, durante o Carnaval, mas não há uma campanha a longo prazo para conscientização e erradicação dessas doenças.

Sabemos que a iniciação sexual dos adolescentes é cada vez mais precoce, uma das consequências das facilidades do trânsito e fluxo das ideias e interconexão de culturas pela revolução dos meios de comunicação de massa, dentre outros fatores que não temos espaço para enumerar e comentar. Os adolescentes de Picos que participaram desse estudo comprovam o fato, pois a maioria admitiu ter vida sexual ativa e essa iniciação vem se dando cada vez mais cedo, como demonstrado por Silva et al. (2010).

Sendo assim, a orientação sexual, a sexualidade e a saúde preventiva devem ser preocupações presentes no planejamento escolar, como apontam as diretrizes dos PCN's, além de ser algo requisitado por essa população, pois os adolescentes parecem ficar mais a vontade para expor suas dúvidas e discutir essas questões no ambiente escolar em relação a qualquer outro, conforme constatado pelos dados apurados. Isto porque, conforme Sayão (1997), a escola reúne – deveria reunir–, todas as condições necessárias

para uma abordagem e tratamento científico e plural dessas temáticas, possibilitando um conhecimento contextualizado, sistematizado, diversificado, complexo e multifacetado aos indivíduos sociais, de modo que sejam capazes de tomar decisões e ter atitudes condizentes com o tipo de mundo e de homem que se quer cultivar.

Conclusão

Por fim, acreditamos que um dos instrumentos mediativos que pode auxiliar os professores em atuação nas redes públicas de ensino, contribuindo para sua organização e mobilização, denunciando suas precárias condições de trabalho e pressionando os órgãos e autoridades competentes para cumprirem e desenvolverem as funções que lhes cabem, é o trabalho de reflexão de sua própria prática, feita coletiva e colaborativamente, o que Schön (1983) define como epistemologia da prática, composta de três momentos: a) conhecimento da ação; b) reflexão na ação e c) reflexão sobre a reflexão na ação.

Esse trabalho de reflexão de sua própria práxis pode e deve ganhar reforço através da parceria com as universidades públicas, mediante a práxis efetiva da indissociabilidade do ensino/pesquisa/extensão, possibilitando o diálogo entre a Universidade e a rede pública de ensino, a atualização da produção teórica-científica sobre a educação e o ensino pela academia, a preparação e aprendizado mais significativo e de extrema relevância para o estudante universitário, a formação contínua e transformadora dos professores em exercício na rede pública de ensino e a criação de uma perspectiva de formação humana integral e integrada as reais necessidades humanas, contribuindo para a construção de uma visão de mundo e mudança – enquanto metanóia, que significa uma mudança radical de vida e mentalidade – atitudinal mais condizente com o tipo de mundo e de homem que queremos criar.

Referências

ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

ALTMANN, H. Educação sexual e primeira relação sexual: entre expectativas e prescrições. *Revista Estudos Feministas, Florianópolis*, v. 15, p. 333-356, 2007.

ANDERSON, P. *Balço do Neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BORGES, A. L. V.; SCHOR, N. Início da vida sexual na adolescência e relações de gênero: um estudo transversal em São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública, São Paulo*, v. 21, n. 2, p. 499-507, 2005.

BORGES, A. L. V. *Adolescência e vida sexual: análise do início da vida sexual de adolescentes residentes na zona leste do Município de São Paulo*. 2004. 200f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BRÊTAS, J. R. S.; OHARA, C. V. S.; JARDIM, D. P. MUROYA, R. L. Conhecimentos de adolescentes sobre doenças sexualmente transmissíveis: subsídios para a prevenção. *Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo*, v. 22, n. 6, p.786-92, 2009.

CIRINO, F. M. S. B.; NICHATA, L. Y. I.; BORGES, A. L. V. Conhecimento, atitude e práticas na prevenção do câncer do colo uterino e HPV em adolescentes. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem, Rio de Janeiro*, v. 14, n. 1, p. 126-134, 2010.

CODES, J. S.; COHEN, D. A.; MELO, N. A.; TEXEIRA, G. G.; LEAL, A. S.; SILVA, T. J.; OLIVEIRA, M. P. R. Detecção das doenças sexualmente transmissíveis em ambientes clínicos e não clínicos na cidade de Salvador, Bahia. *Cadernos de Saúde Pública, São Paulo*, v. 22, p. 325-334, 2006.

- CONTI, F. S.; BORTOLINS, S.; KULKAMP, I. C. Educação e promoção à saúde: Comportamento de adolescentes de colégio público e particular em relação ao papilomavírus humano. *Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis, Rio de Janeiro*, v. 18, n. 1, p. 30-35, 2010.
- DOTTA, R. M.; ALVES, P. B.; KOLLER, S. H.; BRITTO, R. C. Sexualidade, AIDS e drogas: um relato de intervenção com adolescentes. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, São Paulo*, v. 10, n. 2, p. 35-44, 2000.
- FERREIRA, M. L. S. M. Motivos que influenciam a não realização do exame Papanicolau segundo a percepção de mulheres. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem, Rio de Janeiro*, v. 13, n. 2, p. 378-384, 2009.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2011.
- GIROUX, H. A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- LOURO, G. *Pedagogia da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- LUCAS, L. C. G.; LEHER, R.. Aonde vai a Educação Pública Brasileira? Educação & Sociedade, *Campinas*, v. 77, p. 255-266, 2001.
- MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Coordenação de Prevenção e Vigilância. Estimativa 2006: Incidência de Câncer no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Câncer, 2005.
- MOITA, F. M. G. S. C.; ANDRADE, F. C. B. A. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro*, v. 14, n. 41, 2009.
- MORAES, R. C. C. *As Incomparáveis virtudes do mercado – políticas sociais e padrões de atuação do Estado nos marcos do Neoliberalismo*. Campinas: Autores Associados, 2000. (Coleção Educação Contemporânea)
- MUNDO EDUCAÇÃO. 2012. Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com.br/geografia/piaui.htm>. Acesso em: 11 jul 2012.
- MURTA, E. F. C.; SOUZA, M. A. H.; ADAD, S. J. Incidence of *Gardnerella vaginalis*, *Cândida* sp and human papillomavirus in cytological smears. *Medical Journal, São Paulo*, v. 8, p. 581-593, 2001.
- MURTA, G. F. *Saberes e Práticas: Guia para ensino e aprendizado de enfermagem*. São Caetano: Difusão Editora, 2008.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. PCN, *Secretaria da Educação Média e Tecnológico*. Brasília: MEC/SEMTEC, 1997.
- PILECCO, F. B.; KNAUTH, D. R.; VIGO, Álvaro. Aborto e coerção sexual: o contexto de vulnerabilidade entre mulheres jovens. *Cadernos de Saúde Pública, São Paulo*, v. 27, n. 3, 2011.
- PIMENTA, S. G. *Professor reflexivo: construindo uma crítica*. São Paulo: Cortez, 2008.
- RAMOS, S.P. HPV - Papiloma Vírus um novo capítulo nas infecções vaginais. 2011. Disponível em: <http://www.gineco.com.br/hpvum.htm>. Acesso em 15 jul. 2011.
- SAITO, Maria I. Adolescência e contracepção de emergência. *Revista Paulista de Pediatria, São Paulo*, v. 25, n. 2, p. 180-186, 2007.
- SAYÃO, Y. *Orientação Sexual na escola: os territórios possíveis e necessários*. São Paulo: Summus, 1997.
- SCHON, D. *The reflective practitioner*. Nova York: Basic Books, 1983.
- SCHUSSEL, Eric Y. *O sexo na adolescência*. São Paulo: Atheneu, 2004.

SILVA T. T.; GUIMARÃES, M. L.; BARBOSA, M. I. C.; PINHEIRO, M. F. G.; MAIA, A. F. Identificação de tipos freqüentes e de outros fatores de risco para neoplasia intra-epitelial cervical. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, Rio de Janeiro*, v. 28, n. 5, p. 17-28, 2010.

SOUZA, M. M.; DEL-RIOS, N. H.; MUNARI, D. B.; WEIRICH, C. F. Orientação sexual: conhecimentos e necessidades de professores de um Colégio Público de Goiânia-GO. *Revista Eletrônica de Enfermagem, Goiânia*, v. 10, n. 2, p. 460-471, 2008. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v10/n2/v10n2a17.htm>. Acesso em: 14 nov. 2011.

SUPLICY, M. *Sexo se aprende na escola*. São Paulo: Editora Olho d'água, 1999.

TAQUETTE, S. R.; VILHENA, M. M.; PAULA, M. C. Doenças sexualmente transmissíveis na adolescência: estudo de fatores de risco. *Medicina Tropical, São Paulo*, v. 37, n. 3, p. 210-214, 2004.

VALÊNCIO, N. F. L. S. A indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão: verdades e mentiras sobre o pensar e o fazer da Universidade Pública no Brasil. *Proposta, Curitiba*, n 83, p 72-81, 2000.

*Recebido em: 06 de outubro de 2010
Aceito em: 18 de junho de 2013*